

31 de Dezembro de 2002

COFINA, S.G.P.S., S.A.
(SOCIEDADE ABERTA)

**Relatório do
Conselho de Administração**

Cofina, S.G.P.S., S.A.
(Sociedade Aberta)

Contas Individuais

Rua General Norton de Matos, 68
4050-424 Porto
Capital Social: 25.000.000 €

Senhores accionistas

Dando cumprimento ao disposto na Lei, vem o Conselho de Administração da Cofina, S.G.P.S., S.A. (Sociedade Aberta) apresentar o Relatório de Gestão relativo à sua actividade individual do exercício de 2002.

A Cofina, S.G.P.S., S.A. elaborou Contas Consolidadas, sobre as quais o Conselho de Administração emitiu um pormenorizado relatório que será objecto de publicação. Deste modo considera-se que o conteúdo da informação a produzir para as contas individuais é similar ao produzido para as contas consolidadas, reproduzindo-se no entanto algumas menções obrigatórias nos termos do Código das Sociedades Comerciais e do Código dos Valores Mobiliários.

DISPOSIÇÕES LEGAIS**Governo da Sociedade**

O desenvolvimento deste capítulo encontra-se efectuado no relatório de Gestão do Conselho de Administração sobre as contas consolidadas.

Acções próprias

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que em 31 de Dezembro de 2002 a Cofina não detinha acções próprias, sendo o movimento ocorrido durante o exercício como segue:

	Número de acções	Montante (Euros)
31 de Dezembro de 2001	15.400	33.142
Aquisições	-	-
Alienações	(15.400)	(33.142)
31 de Dezembro de 2002	-	-

Estas acções foram movimentadas durante o exercício, conforme autorização concedida pela Assembleia Geral ocorrida em 27 de Abril de 2001. As acções foram alienadas em sessão de bolsa data de 17 de Abril de 2002, tendo sido gerada uma mais valia de 4.682 Euros.

Acções detidas pelos órgãos sociais da Cofina

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que durante o exercício de 2002 os administradores da Sociedade não adquiriram nem venderam acções representativas do capital social da Cofina, S.G.P.S., S.A. , sendo, em 31 de Dezembro de 2002, detentores das seguintes acções:

Paulo Jorge dos Santos Fernandes	1.225.989
João Manuel Matos Borges de Oliveira	1.145.000
Pedro Macedo Pinto de Mendonça	426.250
Domingos José Vieira de Matos	1.367.974
Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira	1.145.000

Em 31 de Dezembro de 2002, o Fiscal Único e os membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade não possuíam nenhuma acção representativa do capital social.

Participação no Capital da Sociedade

Nos termos e para os efeitos do disposto nos Artigos 16º e 20º do Código de Valores Mobiliários e no Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as sociedade e/ou pessoas singulares que têm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 10%, 20%, 33% e 50% dos direitos de voto, e de acordo com as notificações recebidas são como segue:

Superior a 2% dos direitos de voto	Acções detidas em 31.12.2002	% directa de direitos de voto
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	1.225.989	2,45%
João Manuel Matos Borges de Oliveira	1.145.000	2,29%
Domingos José Vieira de Matos	1.367.974	2,74%
Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira	1.145.000	2,29%

Superior a 5% dos direitos de voto	Acções detidas em 31.12.2002	% directa de direitos de voto
Banco BPI, S.A.	4.356.960	8,71%

Superior a 10% dos direitos de voto	Acções detidas em 31.12.2002	% directa de direitos de voto
Portuguese Smaller Companies Fund	5.003.000	10.01%



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Superior a 20% dos direitos de voto	Acções detidas em 31.12.2002	% de direitos de voto
Cofihold, S.G.P.S., S.A.		
a) directamente	10.500.000	21%
b) indirectamente, através dos seus administradores		
Eng. Paulo Jorge dos Santos Fernandes		2,45%
Eng. João Manuel Matos Borges de Oliveira		2,29%
Dr. Domingos José Vieira de Matos		2,74%
Dr. Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira		2,29%

A Cofina não foi notificada de qualquer transacção ocorrida durante o exercício nas participações detidas pela Portuguese Smaller Companies Fund, Banco BPI, S.A. ou pela Cofihold, S.G.P.S., S.A., não tendo igualmente recebido qualquer notificação de participações acima de 33% dos direitos de voto.

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O Conselho de Administração da Cofina, S.G.P.S., S.A. propõe à Assembleia Geral a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do exercício, no montante de 4.346.435,78 Euros:

Reserva Legal	217.321,79
Reservas Livres	2.379.113,99
Distribuição de dividendos	<u>1.750.000,00</u>
	<u>4.346.435,78</u>

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Os membros do Conselho de Administração da Cofina, S.G.P.S., S.A. declaram assumir a responsabilidade pela presente informação e asseguram que os elementos nela inscritos são verídicos e que não existem omissões que sejam do seu conhecimento.

Nos termos do art. 21º do Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro informamos que não existem dívidas em mora perante o Estado, nomeadamente perante a Segurança Social.



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos concluir sem expressar o nosso agradecimento, reconhecendo a dedicação e empenho dos Colaboradores do Grupo Cofina. Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão pela colaboração prestada pelos restantes Órgãos Sociais, a qual é extensiva às Instituições Bancárias que connosco se relacionaram.

Porto, 25 de Março de 2003

O Conselho de Administração

Paulo Jorge dos Santos Fernandes – Presidente

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Pedro Macedo Pinto de Mendonça

Domingos José Vieira de Matos

Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira

COFINA , SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2002			2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	8 e 10	461.818	461.818	-	21.944
Despesas de investigação e de desenvolvimento	10	100.282	84.549	15.733	-
Imobilizações em curso	10	-	-	-	23.208
		<u>562.100</u>	<u>546.367</u>	<u>15.733</u>	<u>45.152</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	10	32.522	32.522	-	2.370
Equipamento administrativo	10	125.650	68.536	57.114	27.406
Outras imobilizações corpóreas	10	95.816	58.882	36.934	6.946
Imobilizações em curso	10	-	-	-	20.316
		<u>253.988</u>	<u>159.940</u>	<u>94.048</u>	<u>57.038</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	73.880.426	-	73.880.426	168.468.105
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	156.900	-	156.900	156.900
Partes de capital em outras empresas	10 e 16	20.629.237	11.857.767	8.771.470	8.790.157
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	13.624.691	705.825	12.918.866	-
Outros empréstimos concedidos	10 e 16	3.226.635	3.226.635	-	2.247.088
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10	-	-	-	7.481.968
	34	<u>111.517.889</u>	<u>15.790.227</u>	<u>95.727.662</u>	<u>187.144.218</u>
Circulante:					
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, c/c	16	2.249.210	-	2.249.210	3.939.928
Empresas do grupo	16	97.135.973	-	97.135.973	12.876.468
Estado e outros entes públicos	49	75.278	-	75.278	119.888
Outros devedores	52	7.781.887	-	7.781.887	5.096.098
		<u>107.242.348</u>	<u>-</u>	<u>107.242.348</u>	<u>22.032.382</u>
Títulos negociáveis					
Outros títulos negociáveis	17	4.491.781	-	4.491.781	5.374.183
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		3.922.145		3.922.145	5.229.906
Caixa		2		2	602
		<u>3.922.147</u>		<u>3.922.147</u>	<u>5.230.508</u>
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	50	2.694.368		2.694.368	5.412
Custos diferidos	50	20.036		20.036	60.809
		<u>2.714.404</u>		<u>2.714.404</u>	<u>66.221</u>
Total de amortizações			706.307		
Total de provisões			<u>15.790.227</u>		
Total do activo		<u>230.704.657</u>	<u>16.496.534</u>	<u>214.208.123</u>	<u>219.949.702</u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2002.

COFINA , SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

Capital próprio e passivo	Notas	2002	2001
Capital próprio:			
Capital	36	25.000.000	25.000.000
Acções próprias - valor nominal	40	-	(7.700)
Acções próprias - descontos e prémios	40	-	(25.442)
Prémios de emissão de acções	40	14.276.576	14.276.576
Reservas:			
Reserva legal	40	3.806.765	2.079.847
Reservas livres	40	67.976.231	35.997.330
Resultado líquido do exercício		4.346.436	35.201.137
		<u>115.406.008</u>	<u>112.521.748</u>
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos	34	<u>2.743.388</u>	<u>2.743.388</u>
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações		-	14.963.937
Dívidas a instituições de crédito	48	<u>48.906.317</u>	<u>63.331.560</u>
		<u>48.906.317</u>	<u>78.295.497</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações	48	14.963.937	-
Dívidas a instituições de crédito	48	15.099.421	4.368.016
Fornecedores, conta corrente		37.816	14.225
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		2.948	-
Estado e outros entes públicos	49	8.990	161.499
Outros credores	51	<u>16.433.831</u>	<u>21.251.340</u>
		<u>46.546.943</u>	<u>25.795.080</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	50	605.467	593.989
Total do capital próprio e do passivo		<u>214.208.123</u>	<u>219.949.702</u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2002.

COFINA , SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

Custos e perdas	Notas	2002	2001
Fornecimentos e serviços externos		799.547	908.043
Custos com o pessoal:			
Remunerações		125.082	105.839
Encargos Sociais		28.052	25.047
Amortizações do imobilizado			
corpóreo e incorpóreo	10	71.067	49.821
Impostos		126.237	221.495
Outros custos e perdas operacionais		3.001	-
		1.152.986	1.310.245
(A)			
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	10, 34 e 45	3.658.837	13.886.853
Juros e custos similares:			
Outros	45	3.401.099	4.658.941
		8.212.922	19.856.039
(C)			
Custos e perdas extraordinários	46	1.024.121	3.618.299
		9.237.043	23.474.338
(E)			
Impostos sobre o rendimento do exercício	6 e 49	2.100	1.297
		9.239.143	23.475.635
(G)			
Resultado líquido do exercício		4.346.436	35.201.137
		13.585.579	58.676.772

Proveitos e ganhos	Notas	2002	2001
Prestações de serviços	44	2.158.729	2.673.556
(B)		2.158.729	2.673.556
Rendimentos de participações de capital	45	3.162.597	52.461.683
Juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo	45	2.653.772	141.454
Outros	45	161.919	314.347
(D)		8.137.017	55.591.040
Proveitos e ganhos extraordinários	46	5.448.562	3.085.732
(F)		13.585.579	58.676.772

Resultados operacionais:	(B) - (A)	1.005.743	1.363.311
Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	(1.081.648)	34.371.690
Resultados correntes:	(D) - (C)	(75.905)	35.735.001
Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	4.348.536	35.202.434
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	4.346.436	35.201.137

O Anexo faz parte integrante da demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

COFINA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR FUNÇÕES DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2002	31-12-2001
Vendas e prestação de serviços	2.158.729	2.673.556
Custo das vendas e prestação de serviços	(952.681)	(1.038.929)
Resultados brutos	<u>1.206.048</u>	<u>1.634.627</u>
Outros proveitos e ganhos operacionais	-	7
Custos administrativos	(71.067)	(49.821)
Outros custos e perdas operacionais	(4.576)	(141.770)
Resultados operacionais	<u>1.130.405</u>	<u>1.443.043</u>
Rendimentos de participações de capital	3.162.597	52.461.683
Custo líquido de financiamento	(762.612)	(4.167.897)
Ganhos (perdas) em associadas	2.601.440	(399.966)
Ganhos (perdas) em outros investimentos	(1.768.578)	(13.601.862)
Resultados não usuais ou não frequentes	<u>(14.716)</u>	<u>(532.567)</u>
Resultados correntes	<u>4.348.536</u>	<u>35.202.434</u>
Impostos sobre resultados correntes	(2.100)	(1.297)
Resultados correntes apóis impostos	<u>4.346.436</u>	<u>35.201.137</u>
Impostos sobre os resultados extraordinários	-	-
Resultado líquido do exercício	<u>4.346.436</u>	<u>35.201.137</u>
Resultados por acção	<u><u>0,09</u></u>	<u><u>0,70</u></u>

O Anexo faz parte integrante da demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

COFINA, SGPS, S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS****FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001**

(Montantes expressos em Euros)

	2002	2001
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	3.849.447	-
Pagamentos a fornecedores	(775.953)	(1.323.901)
Pagamentos ao pessoal	(151.861)	2.921.633
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade opera	(199.185)	(114.049)
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas	(1.297)	(200.482)
Recebimentos relativos a rubricas extraordinárias	5.229	567.714
Pagamentos relativos a rubricas extraordinárias	(21.563)	(16.334)
<i>Fluxos gerados pelas actividades operacionais (1)</i>	2.704.817	(1.252.822)
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	96.507.500	9.975.958
Empréstimos concedidos	6.803.598	-
Juros e proveitos similares	245.203	457.019
Dividendos	3.162.597	106.718.898
Pagamentos relativos a:		
Investimentos financeiros	(1.102.515)	#####
Imobilizações incorpóreas	(392)	(27.270)
Imobilizações corpóreas	(154.254)	(27.721)
Empréstimos concedidos	#####	(98.773.152)
<i>Fluxos gerados pelas actividades de investimento (2)</i>	7.945.746	18.819.556
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	-	14.498.612
Alienação de acções próprias	37.824	37.824
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(3.434.936)	(4.621.407)
Empréstimos obtidos	(8.662.734)	#####
Aquisição de acções próprias	-	(1.044.128)
Dividendos distribuídos	(1.500.000)	(13.597.670)
<i>Fluxos gerados pelas actividades de financiamento (3)</i>	(13.559.846)	(1.246.997) ##### (8.608.296)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	10.649.033	1.690.595
Variação de caixa e seus equivalentes: (1)+(2)+(3)	(2.909.283)	8.958.438
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	7.739.750	10.649.033

O anexo faz parte integrante da demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

COFINA , SGPS, S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Montantes expressos em Euros)

1. AQUISIÇÃO / ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 as aquisições / alienações de investimentos financeiros foram as seguintes:

<u>Aquisições</u>	<u>Valor da transacção</u>	<u>Valor pago/cobrado</u>
Cofina.Com II, SGPS, S.A.	369.639	-
Multrowave Networks	225.973	225.973
VAA – Vista Alegre Atlantis, S.A.	170.717	170.717
Outros	727.214	705.825
	-----	-----
	1.493.543	1.102.515
	=====	=====

Alienações

IMC – Investimentos, Media e Conteúdos, SGPS, S.A.	96.500.000	96.500.000
Cofina.Com II, SGPS, S.A.	2.500.000	-
Outros	25.550	7.500
	-----	-----
	99.025.550	96.507.500
	=====	=====

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes no balanço naquela data é como segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Numerário	2	602
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.922.145	5.229.906
Títulos negociáveis	4.491.781	5.418.525
	-----	-----
Descobertos bancários	(674.178)	-
	-----	-----
Disponibilidades constantes no balanço	7.739.750	10.649.033
	=====	=====

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cofina, S.G.P.S., S.A. (“Cofina” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede no Porto e que tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 16), sendo as suas acções cotadas na Euronext Lisboa.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade e aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. DERROGAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

Dado que a Empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, as quais, na opinião da Administração, reflectem de forma mais adequada a situação financeira da Empresa e os resultados das suas operações, a Empresa mantém nas contas individuais os investimentos financeiros ao custo de aquisição, não aplicando assim a método de equivalência patrimonial, tal como preconizado pelo Plano Oficial de Contabilidade e directrizes contabilísticas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem essencialmente despesas com o aumento de capital, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outras imobilizações corpóreas	10

c) Investimentos financeiros

As partes de capital em empresas do Grupo, associadas e outras empresas, bem como as participações em títulos e outras aplicações financeiras são registadas ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para reduzir o montante dos investimentos financeiros ao seu valor líquido de realização, que no caso de empresas cotadas é entendido como equivalente ao seu valor de mercado.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

e) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

O Conselho de Administração da Cofina decidiu adoptar a disposição transitória prevista no parágrafo 72.b) da Directriz Contabilística n.º 28 – “Impostos sobre o Rendimento”, segundo a qual é permitido à Empresa não reconhecer, durante um período que não pode exceder cinco anos, os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a situações aplicáveis à data da entrada em vigor da referida Directriz (1 de Janeiro de 2002). Enquanto existirem situações não relevadas que determinariam o reconhecimento de passivos por impostos diferidos, a Empresa não procederá ao registo de activos por impostos diferidos.

A Empresa apresenta na Nota 6 do Anexo às Demonstrações Financeiras os impactos de tal medida.

f) Acções próprias

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, sendo as mais ou menos valias geradas com a sua alienação registadas na rubrica “Reservas livres” (Nota 40).

g) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis correspondem a acções de empresas não cotadas, as quais são registadas ao valor mais baixo entre o custo de aquisição ou o valor de mercado.

6. IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) e, deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2002, os prejuízos fiscais reportáveis segundo as declarações entregues e outra informação da Empresa ascendem a, aproximadamente, 13.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Estão em aberto obrigações fiscais de reinvestimento decorrentes de proveitos obtidos na alienação de participações financeiras, sendo que é intenção do Conselho de Administração da Empresa cumprir com as obrigações de reinvestimento, decorrentes da legislação fiscal em vigor, através da aquisição de outras participações financeiras.

Conforme referido na Nota 3.e) o Conselho de Administração da Cofina decidiu não proceder ao registo de impostos diferidos referentes a situações relativas a períodos anteriores a 1 de Janeiro de 2002, aplicando para o efeito a medida transitória prevista na Directriz Contabilística n.º 28 – “Impostos sobre o Rendimento”.

COFINA , SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2002, o detalhe dos activos por impostos diferidos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, e que não foram objecto de registo reportados a 1 de Janeiro de 2002, é como segue:

Activos por impostos diferidos 1 de Janeiro de 2002	
Relativos a:	
Prejuízos fiscais reportáveis	4.618.435
Provisões não aceites para efeitos fiscais	5.847.980
	<u>10.466.415</u>

Caso a empresa não tivesse adoptado a disposição transitória prevista na Directriz Contabilística n.º 28 e procedesse ao registo dos activos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias acima referidas, o efeito da alteração de política contabilística , reportada a 1 de Janeiro de 2002, teria um impacto positivo nos capitais próprios da Empresa de, aproximadamente, 10.450.000 Euros .

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos no exercício de 2002, e os impactos que existiriam caso aqueles activos e passivos tivessem sido objecto de registo contabilístico, podem ser detalhados como segue:

Activos por impostos diferidos	
Saldo inicial	10.466.415
Efeito em resultados:	
Prejuízos fiscais reportáveis	(285.685)
Provisões não aceites para efeitos fiscais	628.113
Saldo final	<u>10.808.843</u>

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis da Empresa existentes em 31 de Dezembro de 2002 e correspondente ano limite de utilização, é como segue:

	Montante	Ano limite de utilização
Gerados em 1997	335.462	2003
Gerados em 1998	220.467	2004
Gerados em 1999	1.017.892	2005
Gerados em 2000	2.837.829	2006
Gerados em 2001	8.717.893	2007
	<u>13.129.543</u>	

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 a empresa tinha ao seu serviço 5 pessoas.

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2002, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Despesas de instalação:

Despesas incorridas com aumentos de capital	343.427
Outras	118.391
	<u>461.818</u>
Amortizações acumuladas	(461.818)
	<u>-</u>
	<u>=====</u>

(Montantes expressos em Euros)

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi como segue:

Activo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Regularizações e transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	461.818	-	-	-	461.818
Despesas de investigação e desenvolvimento	76.682	-	-	23.600	100.282
Imobilizações em curso	23.208	392	-	(23.600)	-
	<u>561.708</u>	<u>392</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>562.100</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	32.522	-	-	-	32.522
Equipamento administrativo	72.325	33.009	-	20.316	125.650
Outras imobilizações corpóreas	50.559	45.257	-	-	95.816
Imobilizações em curso	20.316	-	-	(20.316)	-
	<u>175.722</u>	<u>78.266</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>253.988</u>
Investimentos financeiros (Nota 16):					
Partes de capital em empresas do grupo	168.868.071	391.028	(95.319.632)	(59.041)	73.880.426
Partes de capital em empresas associadas	156.900	-	-	-	156.900
Partes de capital em outras empresas	21.235.106	767.330	(1.373.199)	-	20.629.237
Títulos e outras aplicações financeiras	-	705.825	-	12.918.866	13.624.691
Outros empréstimos concedidos	3.244.684	-	(18.049)	-	3.226.635
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	7.481.968	-	-	(7.481.968)	-
	<u>200.986.729</u>	<u>1.864.183</u>	<u>(96.710.880)</u>	<u>5.377.857</u>	<u>111.517.889</u>
Amortizações acumuladas e provisões					
Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações e alienações	Saldo Final	
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	439.874	21.944	-	461.818	
Despesas de investigação e desenvolvimento	76.682	7.867	-	84.549	
	<u>516.556</u>	<u>29.811</u>	<u>-</u>	<u>546.367</u>	
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	30.152	2.370	-	32.522	
Equipamento administrativo	44.919	23.617	-	68.536	
Outras imobilizações corpóreas	43.613	15.269	-	58.882	
	<u>118.684</u>	<u>41.256</u>	<u>-</u>	<u>159.940</u>	
Investimentos financeiros (Nota 34):					
Partes de capital em empresas do grupo	399.966	-	(399.966)	-	
Partes de capital em outras empresas	12.444.949	723.973	(1.311.155)	11.857.767	
Títulos e outras aplicações financeiras	-	705.825	-	705.825	
Outros empréstimos concedidos	997.596	2.229.039	-	3.226.635	
	<u>13.842.511</u>	<u>3.658.837</u>	<u>(1.711.121)</u>	<u>15.790.227</u>	

O aumento verificado na rubrica “Partes de capital em empresas do grupo” corresponde, essencialmente, à aquisição de uma participação na Cofina.Com II, SGPS, S.A. no montante de 369.639 Euros. A diminuição registada nesta rubrica corresponde (i) à alienação da totalidade da participação na IMC – Investimentos, Média e Conteúdos, SGPS, SA à empresa do grupo F. Ramada Participações, SGPS, S.A., bem como (ii) à venda de uma participação de 5% no capital da Cofina.Com II, SGPS, S.A., tendo sido geradas mais valias registadas na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” (Nota 46).

O montante inscrito na coluna “Transferências” desta rubrica corresponde à conversão em “Prestações Suplementares” de “Adiantamentos por conta de investimentos financeiros”, no montante de 7.481.968 Euros, e de empréstimos de tesouraria concedidos a uma empresa participada anteriormente registados na rubrica “Empresas do grupo”, no montante de 5.436.898 Euros.

COFINA , SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Montantes expressos em Euros)

16. EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, a composição dos investimentos financeiros em empresas do grupo, associadas e participadas, bem como informação financeira obtida das demonstrações financeiras naquela data, das principais participações, eram como segue:

a) Partes de capital em empresas do grupo

Nome	%	Montante	Activo	Total do capital próprio	Proveitos Totais	Resultado Líquido
Celulose do Caima, SGPS, S.A.	85,43%	43.347.934	113.677.203	72.929.705	47.830.987	6.676.358
F. Ramada, Aços e Indústrias, S. A.	100,00%	30.060.893	68.231.283	28.633.998	64.393.906	2.894.888
Outras participações		471.599				
		<u>73.880.426</u>				

Os montantes registados na rubrica do activo “Empresas do Grupo” referem-se a operações financiamento de tesouraria a empresas participadas directa ou indirectamente pela Cofina, e o seu detalhe é como segue:

	Empresas do Grupo
F. Ramada, Participações, SGPS, S.A.	96.500.000
CofinaGest.Com, Consultoria, S.A.	635.973
	<u>97.135.973</u>

O valor a receber da F. Ramada Participações, SGPS, S.A., empresa participada pela F. Ramada, S.A. corresponde a um empréstimo de curto prazo para fazer face a carências de tesouraria, e vence juros a uma taxa de mercado.

Adicionalmente, os saldos a receber de clientes são originados, fundamentalmente, por prestações de serviços a Empresas do Grupo (Nota 44).

b) Partes de capital em empresas associadas

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui participações em empresas não cotadas.

c) Partes de capital em outras empresas

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui o valor da participação de 19,2% na VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. no montante de 19.890.073 Euros para a qual a Cofina tem constituídas provisões para reduzir a participação ao seu valor de mercado, tendo em conta a cotação na Euronext Lisboa.

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda participações em empresas não cotadas.

d) Outros empréstimos concedidos

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica é constituída por um empréstimo concedido, a título de suprimentos, a uma empresa participada.

e) Títulos e outras aplicações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui o montante de 12.918.866 Euros relativos a prestações suplementares numa empresa do Grupo, bem como 705.825 Euros relativos a obrigações.

Adicionalmente, a Cofina preparou demonstrações financeiras consolidadas das quais se apresenta um resumo dos principais dados financeiros:

	2002	2001
Total do activo líquido consolidado	330.570.990	358.896.871
Total do capital próprio consolidado	67.454.468	61.039.682
Total dos interesses minoritários	10.756.119	10.960.924
Lucro consolidado do exercício	8.545.686	7.398.862

17. OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica era composta essencialmente por uma participação financeira na TVI – Televisão Independente, S.A.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, a Cofina tinha constituído garantias cujo detalhe é como segue:

- a) caução por depósito de 2.048.304 acções da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., a favor do Banco BPI, S.A. como garantia de um empréstimo no montante de 3.491.585 Euros;
- b) penhor de 3.846.937 acções da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. para garantia de um empréstimo de 29.927.874 Euros junto do Banco BPI, S.A.;
- c) penhor de 13.144.535 acções da Celulose do Caima, SGPS, S.A. para garantia de um crédito de múltuo no montante máximo de 29.184.687 Euros obtido junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e da Caixa – Banco de Investimento, S.A.;
- d) penhor de 1.230.268 acções da Celulose do Caima, SGPS, S.A. como garantia de um empréstimo no montante de 3.740.984 Euros, contraído junto do Banco BPI, S.A.

Adicionalmente, a Cofina tinha constituídas garantias bancárias no montante de 7.481.968 Euros para garantia dos programas de papel comercial existentes, os quais, em 31 de Dezembro de 2002, não estavam a ser utilizados.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 realizam-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções (Nota 46)	Saldo final
Provisões para riscos e encargos	2.743.388	-	-	2.743.388
Provisões para investimentos financeiros	13.842.511	3.658.837	(1.711.121)	15.790.227
Provisões para títulos negociáveis	44.342	-	(44.342)	-
	16.630.241	3.658.837	(1.755.463)	18.533.615

A rubrica “Provisões para riscos e encargos” diz respeito à melhor estimativa do Conselho de Administração da Empresa para dar cobertura a riscos e outros encargos relacionados com os seus investimentos financeiros, bem como outros riscos relacionados com a sua actividade e o desenvolvimento das operações do Grupo.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000.000 acções com o valor nominal de 50 céntimos de Euro cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2002:

- Cofihold, SGPS, S.A.

40. VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio durante o exercício de 2002 foi como segue:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Acções próprias – valor nominal	(7.700)	-	7.700	-	-
Acções próprias – prémios e descontos	(25.442)	-	25.442	-	-
Prémios de emissão de acções	14.276.576	-	-	-	14.276.576
Reservas:					
Reserva legal	2.079.847	-	-	1.726.918	3.806.765
Reservas livres	35.997.330	4.682	-	31.974.219	67.976.231

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

De acordo com o deliberado na Assembleia Geral datada de 30 de Abril de 2002, o Conselho de Administração da Cofina pode, durante um período de 18 meses a contar da data da Assembleia Geral, adquirir ou alienar acções próprias na Bolsa de Valores dentro dos limites legais e de acordo com outras condições relacionadas com: (i) o número máximo de acções a adquirir; (ii) os preços mínimo e máximo de aquisição; (iii) os preços mínimos de alienação; (iv) bem como no tocante à alienação de acções a favor de trabalhadores e membros dos órgãos sociais da Cofina, também foram fixados outros preços mínimos de alienação e número máximo de acções. Adicionalmente, foi deliberado que o resultado líquido do exercício de 2001 fosse distribuído como segue:

Reserva legal	1.760.060
Reservas livres	31.941.077
Dividendos	1.500.000

	35.201.137
	=====

Para além da aplicação do resultado do exercício de 2001, a coluna “Transferências” inclui um montante de 33.142 Euros reclassificado entre Reservas Legais e Reservas Livres correspondente à disponibilização de um valor equivalente ao montante das acções próprias alienadas durante o exercício, conforme definido pela legislação comercial.

44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As prestações de serviços referem-se a assessoria de gestão a empresas participadas, com sede em Portugal (Nota 16).

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros para os exercícios de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Provisões para investimentos financeiros (Nota 34)	3.658.837	13.886.853
Juros suportados	3.258.664	4.399.912
Perdas na alienação de títulos	58.127	117.259
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6	-
Outros custos e perdas financeiros	84.302	141.770
	-----	-----
	7.059.936	18.545.794
Resultados financeiros	(1.081.648)	34.371.690
	-----	-----
	5.978.288	52.917.484
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos de participações de capital	3.162.597	52.461.683
Juros obtidos	2.704.824	453.510
Ganhos na alienação de aplicações financeiras	109.052	2.284
Diferenças de câmbio favoráveis	1.621	7
Descontos de pronto pagamento obtidos	194	-
	-----	-----
	5.978.288	52.917.484
	=====	=====

A rubrica "Ganhos de participações de capital " refere-se a dividendos recebidos de empresas participadas durante o exercício de 2002.

O aumento registado na rubrica "Juros obtidos" corresponde, em grande medida, à especialização de juros relativos ao empréstimo concedido a uma empresa do grupo denominada F. Ramada, Participações, SGPS, S.A. (Notas 16 e 50).

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários para os exercícios de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Perdas em imobilizações	1.002.559	3.612.644
Donativos	12.960	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	6.555	259
Multas e penalidades	29	-
Outros custos e perdas extraordinários	2.018	5.396
	-----	-----
	1.024.121	3.618.299
Resultados extraordinários	4.424.441	(532.567)
	-----	-----
	5.448.562	3.085.732
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em imobilizações (Nota 10)	3.687.868	522.826
Reduções de Provisões (Nota 34)	1.755.463	1.995.192
Correcções relativas em exercícios anteriores	1.850	21.096
Benefícios de penalidades contratuais	-	544.687
Outros proveitos e ganhos extraordinários	3.381	1.931
	-----	-----
	5.448.562	3.085.732
	=====	=====

48. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2002, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>
Empréstimos bancários:		
Empréstimos	14.425.243	48.906.317
Descobertos bancários	674.178	-
	-----	-----
	15.099.421	48.906.317
Empréstimo obrigacionista	14.963.937	-
	-----	-----
	30.063.358	48.906.317
	=====	=====

Durante o exercício de 1998 foi emitido pela Empresa um empréstimo obrigacionista com direitos de subscrição de acções escriturais e ao portador no montante de 14.963.936,91 Euros por subscrição pública directa reservada a accionistas cujas características são as seguintes: (i) valor nominal de 4,99 Euros; (ii) a cada obrigação será atribuído um direito de subscrição ("Warrants") de 3,33(3) acções da Cofina, SGPS, S.A., com valor nominal de 0,5 Euros por acção, ao preço de exercício de 1,75 Euros por acção; (iii) os "Warrants" poderão ser exercidos durante os meses de Julho de 2001 e Julho de 2003; (iv) o presente empréstimo tem a duração de 5 anos e será amortizado de uma só vez no seu termo, 7 de Agosto de 2003; (v) vence juros a uma taxa anual nominal de 3% e capitalizável semestralmente; (vi) os juros serão pagos semestral e postecipadamente contando-se a partir da data de subscrição; (vii) o reembolso será efectuado ao valor nominal de uma só vez, podendo ser efectuado reembolso antecipado de parte ou totalidade da dívida, pela Cofina, a partir da data de reembolso do 4º período de contagem de juros; e (viii) os juros das obrigações estão sujeitos a retenção na fonte de IRS e IRC à taxa liberatória de 20%, estando isentos do imposto sobre sucessões e doações.

Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos bancários venciam juros a taxas de mercado e o montante classificado a médio e longo prazo, tinha o seguinte plano de reembolso previsto:

2004	16.981.582
2005	16.545.134
2006	6.401.239
2007 e seguintes	8.978.362

	48.906.317
	=====

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com estas entidades tinham a seguintes composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Retenção na fonte	50.371
Pagamento especial por conta	2.993
Imposto sobre o Valor Acrescentado	16.307
Imposto sucessório	5.607

	75.278
	=====

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Impostos do exercício de 2002	2.100
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares- Retenções na fonte	2.048
Contribuições para a Segurança Social	4.842

	8.990
	=====

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Juros a receber (Nota 45)	2.694.368
	=====

Custos diferidos:

Despesas com a emissão de obrigações	14.194
Outros	5.842

	20.036
	=====

Acréscimos de custos:

Juros a liquidar	486.971
Remunerações a liquidar	19.780
Outros	98.716

	605.467
	=====

As despesas com a emissão do empréstimo obrigacionista são reconhecidas como custos durante o período de duração do referido empréstimo (Nota 48).

51. OUTROS CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica do passivo “Outros credores” podia ser detalhada como segue:

Banco BPI, S.A.	16.210.932
Outros	222.899

	16.433.831
	=====

O montante devido ao Banco BPI, S.A. refere-se à aquisição de uma participação adicional de 20% no capital da empresa do grupo IMC – Investimentos, Média e Conteúdos, SGPS, S.A. durante o segundo semestre de 2001, devendo este montante ser liquidado até Agosto de 2004.

52. OUTROS DEVEDORES

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica do activo “Outros devedores” podia ser detalhada como segue:

VAA – Vista Alegre Atlantis, S.A.	4.712.607
Edisport , SGPS, S.A.	2.500.000
IMC – Investimentos, média e conteúdos, SGPS, S.A.	480.060
Outros	89.220

	7.781.887
	=====

O saldo com a VAA – Vista Alegre Atlantis corresponde a um valor a receber pela alienação de acções da Atlantis – Cristais de Alcobaça, S.A. durante o exercício de 2001.

53. EVENTOS SUBSEQUENTES

Durante o mês de Janeiro de 2003, a Cofina, SGPS, S.A. alienou no mercado fora de bolsa ao Banco de Investimento Global, S.A. um lote de 2.200.000 acções escriturais de valor nominal de 1 Euro cada, correspondentes a 10,17% do capital social da Celulose de Caima, SGPS, S.A., pelo valor unitário de 3,8 Euros por acção. No contrato de compra e venda das acções da Celulose do Caima, SGPS, S.A. está configurada a possibilidade de resolução do mesmo em função de determinadas cláusulas, designadamente nos casos de perda, por parte da empresa participada, da qualidade de sociedade aberta ou de lançamento, sobre as suas acções, de Oferta Pública de Aquisição ou de Oferta Pública de Troca, pelo que a respectiva participação se enquadra na alínea e) do n.º 1 do artigo 20º do Código do Valores Mobiliários.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS INDIVIDUAIS

Aos Accionistas da Cofina, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Cofina, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registo contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos, e emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, a qual contém no seu parágrafo 5 uma reserva e nos seus parágrafos 7 e 8 duas ênfases. Adicionalmente, procedemos a uma revisão do Relatório de Gestão do exercício de 2002 preparado pelo Conselho de Administração da Empresa e da proposta nele incluída.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5, e tendo em consideração o exposto nos parágrafos 7 e 8 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 25 de Março de 2003

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da Cofina, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, que evidencia um total de 214.208.123 Euros e capitais próprios de 115.406.008 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.346.436 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas para aprovação na Assembleia Geral de Accionistas e para publicação nos termos da legislação comercial, tendo ainda sido preparadas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os requisitos legais. Os investimentos financeiros nas empresas participadas estão registados ao custo de aquisição, pelo que as demonstrações financeiras individuais anexas não reflectem o efeito ao nível dos resultados e capitais próprios que resultaria caso o método da equivalência patrimonial tivesse sido utilizado, apresentando na Nota 16 informação financeira relacionada com as suas empresas participadas, bem como um resumo das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, que evidenciam, relativamente àquelas datas, um total de balanço consolidado de 330.570.990 Euros e 358.896.871 Euros e capitais próprios consolidados de 67.454.468 Euros e 61.039.682 Euros, incluindo resultados líquidos consolidados de 8.545.686 Euros e 7.398.862 Euros, respectivamente.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da Cofina, S.G.P.S, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. Conforme referido na Nota 6 do Anexo, a Empresa registou no exercício e em exercícios anteriores ganhos relativos a alienações de participações financeiras, parte das quais a outras empresas do Grupo. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração da Empresa cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.
8. Conforme referido na Nota 6 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados, a Empresa optou por aplicar a medida transitória prevista na Directriz Contabilística nº 28 não tendo registado os activos e passivos por impostos diferidos relativos a situações anteriores a 1 de Janeiro de 2002. Os efeitos nas demonstrações financeiras anexas, caso a Empresa não tivesse adoptado esta medida transitória, encontram-se evidenciados na Nota 6 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados.

Porto, 25 de Março de 2003

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA DE ACCIONISTAS DE 11 DE ABRIL DE
2003 REFRENTE A APROVAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2002 E
RESPECTIVA APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Entrou-se, então, no primeiro ponto da ordem do dia (Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício de dois mil e dois), tendo o Presidente da Mesa proposto à assembleia que qualquer intervenção que se registasse pudesse referir-se, quer às contas individuais da sociedade, quer às contas consolidadas, sem prejuízo de umas e outras serem votadas separadamente, procedimento que foi aceite por todos accionistas presentes e representados na assembleia. Tomou de seguida a palavra o administrador e Presidente Engenheiro Paulo Jorge dos Santos Fernandes, referindo que os relatórios de gestão e as contas – individuais e consolidadas – exprimiam suficientemente a actividade da empresa e do grupo durante o exercício de dois mil e dois, salientando, no entanto, e referindo-se às contas consolidadas, que , o aumento de cerca de dezasseis por cento nos resultados consolidados se deve, à boa prestação do sector dos média, que constitui, hoje, a área mais importante dos negócios do GRUPO COFINA. O orador colocou-se, de seguida, à disposição dos accionistas para a prestação de quaisquer esclarecimentos que entendessem necessários. Como ninguém quisesse usar da palavra, o Presidente da Mesa submeteu à votação o relatório de gestão – que incorporava as menções determinadas pelo Regulamento da CMVM número zero sete/dois mil e um (Governo das Sociedades Cotadas) – e contas individuais do exercício de dois mil e dois, documentos que obtiveram o voto favorável de todos os accionistas presentes e representados, pelo que se consideraram aprovados por unanimidade. Passou-se ao segundo ponto da ordem do dia (Deliberar sobre o relatório de gestão e contas consolidadas de dois mil e dois), tendo o Presidente do Conselho de

Administração declarado que, também, sobre esta matéria estava à disposição dos senhores accionistas para quaisquer esclarecimentos. Não se registou qualquer outra intervenção, pelo que o Presidente da Mesa pôs à votação o relatório consolidado de gestão - que era acompanhado por um anexo sobre o governo das sociedades do grupo, conforme o citado Regulamento da CMVM - e as contas consolidadas do exercício de dois mil e dois, documentos que igualmente obtiveram o voto favorável de todos os accionistas presentes e representados, pelo que se consideram aprovados por unanimidade. O Presidente da Mesa declarou que estes documentos, votados ao abrigo, quer do primeiro ponto da ordem do dia, quer do segundo ponto, devidamente rubricados, ficam arquivados na pasta de documento anexos às actas da assembleia geral. Seguidamente, entrou-se no terceiro ponto da ordem do dia (deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados), tendo o Presidente da Mesa dito que do relatório de gestão constava, como é de lei, uma proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício de dois mil e dois, proposta que leu e se transcreve: “O Conselho de Administração da COFINA, S.G.P.S., S.A. propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do exercício, no montante de quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco euros e setenta e oito cêntimos: Reserva Legal – duzentos e dezassete mil , trezentos e vinte e um euros e setenta e nove cêntimos; Reservas Livres – dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e treze euros e noventa e nove cêntimos; Distribuição de dividendos – um milhão e setecentos e cinquenta mil euros”. Como ninguém usasse da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu a proposta atrás transcrita à votação, tendo a mesma proposta obtido o voto favorável de

todos os accionistas presentes e representados, pelo que se considerou aprovada por unanimidade.